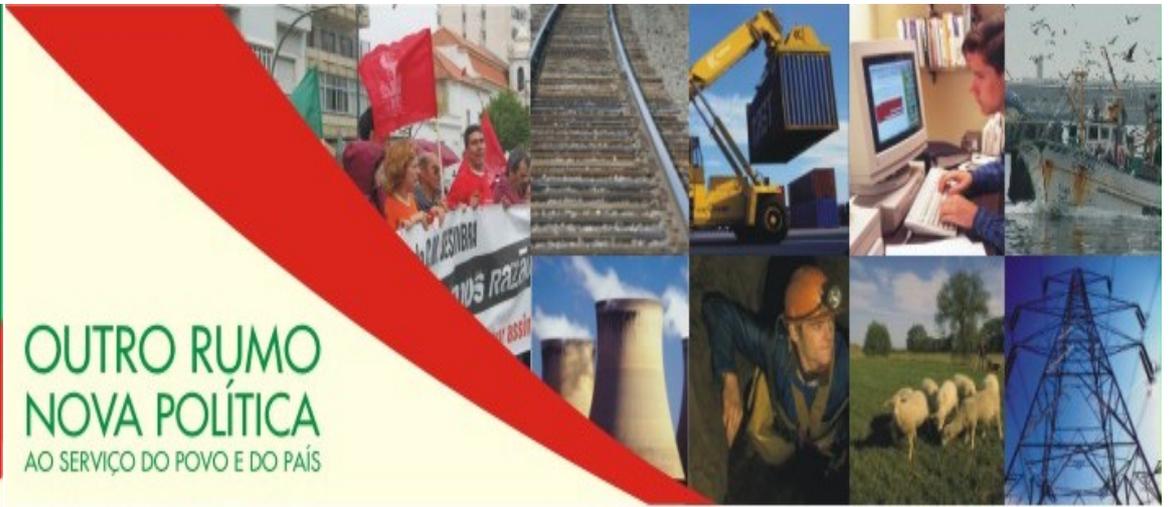


CONFERÊNCIA
NACIONAL
SOBRE QUESTÕES
ECONÓMICAS
E SOCIAIS

24 • 25 NOVEMBRO 2007
PAVILHÃO MUNICIPAL
TORRE DA MARINHA
SEIXAL

OUTRO RUMO
NOVA POLÍTICA
AO SERVIÇO DO POVO E DO PAÍS



ENCONTRO PCP



Partido Comunista Português

*Sobre questões económicas e sociais dos
concelhos do Oeste do Distrito de Lisboa*

**Auditório da Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago
Torres Vedras
Sábado * 10 de Novembro * 15 Horas**

1. INTRODUÇÃO

O PCP, no quadro da Conferência Económica e Social que leva a efeito nos dias 24 e 25 Novembro, realiza um Encontro de âmbito regional - envolvendo os Concelhos do Oeste do Distrito de Lisboa : Cadaval, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Lourinhã – onde procura fazer uma abordagem transversal de estudo e discussão da situação e problemas deste concelhos, em toda a sua multiplicidade, com vista à definição das propostas que constituem a alternativa do PCP para o desenvolvimento da Região - desenvolvimento integrado, que seja factor de justiça social, e sustentado do ponto de vista económico, social, cultural e ambiental.

Importa realçar que esta iniciativa não surge do nada. O PCP tem um património de intervenção e propostas sobre estes concelhos que o coloca numa posição ímpar para, de novo e com maior profundidade, se debruçar sobre os problemas e potencialidades desta importante região.

Recorde-se que as Organizações do PCP, ao longo dos anos, em conjunto ou com posições próprias, têm assumido propostas e definido orientações para o desenvolvimento da região.

É por demais evidente que o PCP tem uma posição muito crítica quanto às políticas de direita que têm sido prosseguidas, às medidas ou ausência delas dos sucessivos governos do “centrão” dos interesses e à incapacidade de desenvolver, de forma sustentável, as suas enormes potencialidades turísticas, ambientais, sociais e económicas.

De facto, as opções dos sucessivos governos têm constituído autênticos actos falhados. Vejam-se os sucessivos PIDDAC's (Programas de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) e outros que, ao invés de servirem para o aproveitamento das nossas potencialidades e para o desenvolvimento integrado e harmonioso da Região, ignora, na maioria dos casos, as carências essenciais da população. No actual quadro, também a indefinição quanto ao QREN 2007/2013 é motivo de preocupação.

Por outro lado, apesar dos resultados da aplicação dos vários Quadros Comunitários de Apoio estarem ainda por apurar em toda a sua dimensão, pelos dados vindos a público, o conjunto do país (e também a região) não soube aproveitar os meios financeiros disponíveis, não utilizando a totalidade dos recursos e usando-os de forma pouco cuidada, por opções erradas, por falta de controlo e pela ausência de objectivos estratégicos.

Neste quadro, as propostas do PCP, partindo desta posição crítica, que é comungada por muitos daqueles com quem contactámos, são também o resultado de um processo participativo e dinâmico onde cabem todos os que amam a sua terra e para ela querem o melhor - a dignificação e valorização do trabalho, uma sociedade mais justa, mais avançada e desenvolvida.

As dificuldades que o País e esta Região enfrentam, a vulnerabilização e crescente dependência da economia nacional, o continuado agravamento da situação social, o persistente aumento das desigualdades e injustiças sociais, associados a uma elevada taxa de pobreza são, não uma fatalidade ou simples resultado de conjunturas externas mas sim a expressão das opções de classe dos sucessivos governos, cujas políticas têm servido uma estratégia de reconstituição do poder económico pelo grande capital e de destruição dos direitos sociais, económicos e políticos conquistados pelo povo português com a Revolução de Abril.

Esta Conferência constitui uma inequívoca afirmação de confiança num País de progresso, equilibrado, com mais justiça social, soberano e independente. Num quadro de tão sentidas dificuldades e de horizontes sombrios sobre o País e as suas perspectivas de desenvolvimento, o PCP reafirma a sua firme convicção de que não só é possível como está nas mãos dos trabalhadores e do povo, a construção de um Portugal com

futuro, assente num novo rumo e numa nova política, ao serviço do povo e do País, só alcançáveis pela ruptura com as políticas de direita que há três décadas comprometem o País e hipotecam as suas possibilidades de desenvolvimento.

2. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

Os 5 concelhos que constituem a Organização do PCP dos concelhos do Oeste estão incluídos no extremo do Distrito de Lisboa, sendo que Maфра integra a Área Metropolitana de Lisboa e os restantes 4 a região Oeste. De acordo com os Censos 2001, residiam nestes cinco concelhos 172.743 pessoas; destas 49,6 % eram homens e 51.1% mulheres.

A população residente correspondia a 8% do total da população do Distrito de Lisboa.

Apesar da baixa densidade populacional estes concelhos conheceram, no período entre 1995 e 2001, um acréscimo de população na ordem dos 12%, enquanto que a população total do Distrito cresceu apenas 4%. Esta situação evidencia que estes concelhos se estão a transformar como uma área suburbana do Distrito de Lisboa, com graus diferenciados.

A distribuição da população não é de todo homogénea. Torres Vedras é o concelho mais populoso (48,1%) contrastando com o Sobral de Monte Agraço (5,2%).

Em termos etários é no escalão dos 25 aos 64 anos que se concentra a maior parte da população destes concelhos (53.5%), seguido pelo escalão dos 65 e mais anos (17,4%).

Apesar do crescimento populacional, o envelhecimento da população destes concelhos continua a ser uma realidade. O escalão etário que mais cresceu entre 1995 e 2001 foi o dos 25 aos 64 anos, assistindo-se a um decréscimo no escalão mais baixo.

A taxa de urbanização do Oeste tem registado, à semelhança do que se verifica no Distrito de Lisboa, um crescimento gradual. A urbanização fez-se sobretudo através da absorção de população pelos aglomerados urbanos de maior dimensão como Torres Vedras e Maфра.

A taxa de analfabetismo da Região do Oeste é superior à média nacional, em todos os concelhos, existindo um défice de quadros e de mão-de-obra qualificada.

A população activa destes concelhos é constituída por 83.019 indivíduos, constituindo 57% do total da população residente. A população inactiva é composta por 10.559 indivíduos, ou seja 43 % do total da população residente.

Há duas décadas, a agricultura era a principal fonte de riqueza da região. Actualmente, a produção agrícola baixou muito e, do total de empresas da região, apenas 7,4% são do sector primário, ainda que representem 41,1% do total do Distrito de Lisboa. Em termos de indústria, predominam as pequenas e médias empresas, sendo que das cerca de 2100 empresas existentes, apenas 41 têm mais de 50 trabalhadores.

3. PRINCIPAIS SECTORES SOCIAIS

A educação e o ensino

São condições fundamentais para o desenvolvimento económico e social da Região e, particularmente, para a melhoria do nível de vida dos trabalhadores, a elevação do seu nível médio de escolaridade, a formação de quadros médios e superiores em maior número e com melhor qualificação, como factores de superação de atrasos e debilidades da estrutura produtiva e da vivência cultural.

A aposta dos sucessivos governos num modelo de desenvolvimento assente no baixo nível de escolaridade e de qualificação e nos baixos salários teve como principais consequências que cerca de 71% da população empregada disponham do ensino básico ou menos e que apenas 9,9% da população portuguesa tenham escolaridade de nível superior. Igualmente significativo é o facto de os novos patrões, surgidos na década de 90 em Portugal, terem, em média, apenas 7,7 anos de escolaridade.

A escola pública é uma conquista civilizacional que representa um grau de compromisso social pela formação, sendo o pilar fundamental da educação e ensino no País. Num ataque deliberado e cirúrgico ao princípio da escola pública, os últimos anos mantiveram na continuidade da política de direita como linhas condutoras a crescente desresponsabilização do Estado, o financiamento público das instituições de ensino privado e a subalternização de critérios pedagógicos em prol de preceitos economicistas e elitistas.

Entre 2005 e 2007, de acordo com os relatórios dos Orçamentos do Estado, as despesas com a educação, incluindo todas as despesas com a educação e ensino superior, em percentagem das despesas totais do Estado passou de 17,5 % em 2004 para 15,7% em 2007 enquanto, em contrapartida, tem crescido o financiamento de entidades privadas de ensino por parte do Estado à medida que vai crescendo o número de estabelecimentos de ensino privado e o número de alunos nele matriculados.

Uma das principais causas das elevadas taxas de abandono e do insucesso escolares reside no baixo rendimento das famílias, agravado com o aumento acelerado dos custos com a educação (um acréscimo de 38% nos últimos 5 anos).

Também a política de encerramento de escolas, contestada pelo PCP, teve como resultado o encerramento de 24 escolas nestes 5 concelhos durante o ano lectivo transacto, sendo que em muitos casos, a “escola” de recepção oferece piores condições de que são exemplos as situações vividas em Torres Vedras com alunos a terem aulas em contentores e colectividades, com as situações que daí advêm.

A saúde

A criação de um serviço público de saúde em Portugal, resultado da iniciativa revolucionária do povo e de muitos profissionais de saúde no contexto da Revolução de Abril, teve consagração constitucional com a designação de Serviço Nacional de Saúde (SNS), instrumento para a concretização da responsabilidade prioritária do Estado em garantir o direito à saúde a todos os portugueses em condições de igualdade. Apesar de todas as dificuldades e obstáculos, o SNS obteve resultados muito significativos e contribuiu para os importantes ganhos em saúde registados em Portugal, o que o coloca no 12.º lugar a nível mundial segundo a última avaliação feita pela Organização Mundial de Saúde.

A ofensiva contra o SNS intensificou-se com o actual governo, tem como objectivos impedir a articulação e exploração integral das potencialidades do SNS, parasitando-o e utilizando-o como instrumento da transferência de recursos públicos para a acumulação privada.

As políticas de redução e desresponsabilização do Estado, assente na lógica do «Estado mínimo» e na adopção do princípio do utilizador-pagador, servem sobretudo o objectivo de garantir a progressiva separação dos papéis de financiador, regulador e prestador, assumindo o Estado os dois primeiros e delegando a prestação noutras entidades, não publicas, mediante mecanismos de contratualização ou pela via da privatização de serviços.

A visão economicista da saúde tem consequências bem visíveis na região: diminuição de horários e tentativa de encerramento de serviços (SAP's; CATUS, extensões de Centros de Saúde, urgências hospitalares

e maternidades) concretizado sob a capa de «reestruturação de serviços»; maiores dificuldades no acesso aos cuidados de saúde; mais de 25 mil utentes continuam sem médico de família; progressiva degradação da qualidade dos serviços prestados, nomeadamente pelo insuficiente número de camas no Hospital de Torres Vedras, pela falta de equipamento diverso, como meios auxiliares de diagnóstico, e pela falta de dezenas de profissionais; mais precariedade no emprego para os profissionais da saúde, com consequências para o atendimento à população, de que é exemplo a redução de enfermeiros no Hospital de Torres Vedras e em todos os Centros de Saúde em virtude da não renovação dos contratos de trabalho destes profissionais; aumento dos custos para os utentes.

Os portugueses são confrontados com o crescimento exponencial dos custos privados em saúde (mais de 15% entre 2001 e 2005). Em resultado do elevado preço dos medicamentos, da introdução das taxas «moderadoras» e do agravamento do seu custo, bastante acima da inflação, e o facto de serem obrigados a recorrer cada vez mais a serviços privados, por falta de resposta no serviço público.

No quadro do agravamento do conflito público-privado no SNS vão emergindo no «mercado da saúde» grandes grupos privados que têm consolidado as suas posições, não apenas com uma aposta significativa nos cuidados hospitalares e de ambulatório, mas também pelo facto de o governo estar a recuar relativamente à construção de unidades públicas de saúde e estar a encerrar serviços que, em muitos casos são substituídos de imediato pela iniciativa privada. Veja-se o caso de Torres Vedras, por exemplo, com a proliferação de clínicas privadas, de que é expoente máximo a CUF, e que aqui se instalam com o argumento da existência de mercado.

4. ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Na avaliação da estrutura económica produtiva podem destacar-se, de forma sumária, como principais dados de problemas na caracterização dos seus principais sectores:

Um sector primário – baseado na agricultura e com menor expressão nas pescas – profundamente afectado na sua capacidade produtiva, limitado nas suas potencialidades de expansão (limitações quantitativas/quotas) e a braços com profundas crises económicas e sociais, como por exemplo a diminuição e envelhecimento dos seus activos e liquidação de explorações agrícolas e redução da frota pesqueira, como resultado da manutenção de rendimentos baixos e irregulares, por insuficientes preços à produção e dificuldades de escoamento face a grandes importações agro-alimentares. De destacar que nestes sectores muitos dos incentivos e ajudas económicas públicas, num quadro das baixas taxas de rentabilidade sectorial, funcionam de forma perversa impulsionando a redução da capacidade produtiva (abate de barcos, não utilização de solos agrícolas, etc.) e da produção, agravando a dependência alimentar que o nosso país enfrenta. Refira-se ainda o desastre da floresta portuguesa, com devastadores incêndios, em particular em 2003 e 2005, como resultado de erradas políticas agroflorestais, incúria e passividade de sucessivos governos.

A situação agrícola destes Concelhos assenta hoje sobretudo na produção de vinho, pêra rocha e produtos horto-frutícolas. Os agricultores não vêem o seu trabalho e a sua produção serem pagos justamente, vítimas das dificuldades cada vez maiores impostas às adegas cooperativas, no caso do vinho, e em favor dos privados, ou do peso esmagador que as grandes superfícies comerciais detêm, impondo os seus preços aos produtores, no caso dos hortícolas e da pêra rocha. Também as dificuldades no acesso à água, os elevados preços da electricidade e do gásóleo e as crescentes restrições legais são obstáculos criados à produção agrícola da

região. O alargamento dos mercados, aspiração destes produtores, nomeadamente no plano da exportação, coloca-os em condições competitivas desfavoráveis, particularmente com os produtores espanhóis, em resultado dos diferentes apoios à produção existentes entre Portugal e Espanha, por exemplo.

A redução das áreas cultiváveis verifica-se também na nossa região: na década de 80 havia, também aqui, produção de cereais, produção quase residual nos dias de hoje. Simultaneamente as políticas agrícolas, comunitárias e nacionais, levam ao aumento da área florestal em detrimento de boas terras agrícolas existentes no Oeste.

As políticas agrícolas devem ir no sentido de garantir o direito a produzir, porque a soberania alimentar é um direito básico e universal de todos os povos; garantir uma maior taxa de cobertura do consumo pela produção nacional uma vez que só produzimos 30% do que necessitamos para a nossa alimentação e contribui negativamente para a nossa balança comercial; garantir a segurança alimentar através de produções agrícolas e pecuárias que garantam produtos de qualidade, para deixarmos de ter os escândalos alimentares a que temos vindo a assistir; garantir rendimentos justos dos activos agrícolas de modo a assegurar níveis e qualidade de vida igual ao das outras camadas sociais evitando os processos de desertificação em curso.

Um sector secundário, onde é dominante um tecido industrial constituído em grande parte por empresas tecnologicamente atrasadas e métodos de gestão ultrapassados, e por uma significativa presença da chamada economia paralela ou informal (de vão de escada ou de garagem), em que foram liquidados ou seriamente abalados sectores e ramos inteiros: verificamos nos nossos concelhos o caso das metalurgias diversas e da metalomecânica pesada, de que são exemplos os encerramento da Casa Hipólito e Francisco António da Silva, em Torres Vedras, ou da FOC, em Mafra.

Desde 1985 (vésperas da adesão à CEE) o peso da indústria transformadora no PIB decresceu quase treze pontos percentuais, representando actualmente cerca de 16,5% do PIB e 17% do emprego.

É de salientar o facto profundamente negativo do processo de desindustrialização em Portugal ser muito mais profundo e acelerado do que na média da UE.

Um sector da construção civil e obras públicas com uma evolução contraditória nos seus dois subsectores.

A construção civil teve, até há 4, 5 anos a esta parte e durante quase uma década, uma actividade economicamente anómala, com uma brutal sobreprodução, absorvendo enormes verbas da restante actividade económica, que explicam a existência de centenas de fogos vagos, fruto do desenvolvimento de erradas políticas habitacionais e da especulação imobiliária.

Ao mesmo tempo que ocorria este fenómeno de sobreconstrução era muito insuficiente ou nula a reabilitação de habitação antiga, designadamente nas áreas mais antigas das sedes de concelho, mas não só.

Em sentido inverso, evoluíram as obras públicas. Efectivamente, com a justificação dos sucessivos cortes orçamentais com vista à diminuição do défice orçamental face às imposições do PEC, o investimento em novas obras públicas e manutenção e requalificação das existentes – particularmente infra-estruturas ferroviárias, infra-estruturas portuárias, redes de estradas nacionais e municipais, entre outros – tem-se situado a níveis inaceitáveis para o desenvolvimento da Região e a dinamização da economia. São exemplos desta realidade o IC11, a EN9, a Linha do Oeste ou o Porto de Pesca da Ericeira.

O sector terciário envolve uma enorme e muito diversificada panóplia de actividades, de que destacaremos o comércio, a Administração Pública, as actividades imobiliárias, os serviços do ensino e educação, os serviços

prestados às empresas, as actividades financeiras, os serviços de saúde, o turismo e a restauração, os transportes, os correios e telecomunicações e outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais.

O crescimento do terciário apresenta, nas actuais circunstâncias históricas, económicas e sociais, **um carácter dual e contraditório**.

Por um lado, corresponde ao desenvolvimento da prestação de serviços para melhores condições de vida das populações (aumento de peso na economia de áreas como a saúde, a educação, a cultura, a restauração, o lazer e as telecomunicações, resultantes das conquistas obtidas com a Revolução de Abril).

Por outro lado, o crescimento e o peso do terciário no produto e no emprego traduzem o crescimento desproporcional de determinadas actividades e serviços face às necessidades e dimensão da economia e do mercado nacional, por acção e pressão do grande capital. É o caso do empolamento do sector comercial, das inflacionadas actividades financeira e imobiliária, e das reorganizações e reestruturações de sectores industriais, com os processos de externalização de serviços e segmentos da cadeia de valor.

Para lá dos sectores abordados noutros pontos (administração pública, saúde e ensino), destacam-se, numa breve caracterização, os seguintes:

O comércio e distribuição – sob o ponto de vista qualitativo são de destacar as profundas alterações nos dois últimos decénios, com o crescimento exponencial dos novos formatos, onde avultam as grandes superfícies (hipermercados e supermercados), os discount, os centros comerciais e a redução brutal do pequeno comércio, dito tradicional.

As novas unidades do comércio, pertencentes a grandes cadeias comerciais nacionais e estrangeiras sob tutela de grandes grupos económicos (em Portugal Sonae/Belmiro, Amorim, Jerónimo Martins), para lá da liquidação do comércio tradicional, fazem sentir a lógica predadora igualmente na rede dos seus fornecedores, com a imposição de condições leoninas, e têm profundas consequências nos hábitos de consumo, tempos de lazer e socialização, e na vitalidade dos centros das cidades.

O turismo é um importante sector da vida económica nacional, responsável de forma directa por mais de 5,5% do PIB e 8% do emprego e níveis de crescimento acima da média.

A afirmação do turismo e da sua importância económica nas últimas décadas é indissociável da melhoria das condições de vida e dos direitos dos trabalhadores, pelo que a possibilidade da sua expansão está associada à democratização do seu acesso a cada vez mais largas camadas e à evolução da situação económica nacional.

Embora esta Região apresente um bom potencial de diversificação, assente na proximidade de Lisboa, boas condições para a prática de turismo, riqueza do património histórico e diversidade paisagística, existe uma forte necessidade de valorizar o potencial turístico da região, em compatibilidade com o ambiente e o ordenamento do território e permitindo o acesso de todos, começando pelos seus próprios habitantes, ao seu usufruto.

5. ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES

A Região Oeste disfruta de uma localização privilegiada, nomeadamente pela sua proximidade a Lisboa. Verificamos, contudo, que as suas potencialidades têm sido limitadas também devido às acessibilidades de que dispõe ou, em particular, das que não dispõe. A A8, apesar dos seus elevados custos para os utentes, é a principal via de acesso à Região que enfrenta, contudo, obstáculos estruturais ao seu desenvolvimento devido ao atraso na construção de necessárias acessibilidades intra-regionais e à ausência geral de manutenção das existentes.

A ferrovia sofre das mesmas insuficiências. O serviço ferroviário existente, em resultado do atraso tecnológico de que padece a linha do Oeste devido à ausência de investimento na sua modernização, apresenta horários totalmente desadequados das necessidades das populações, traduzidos em grandes tempos de espera e numa duração das deslocações completamente desfavorável relativamente ao transporte rodoviário.

6. O TRABALHO E OS TRABALHADORES

O Emprego

O Emprego no Oeste tem sido fortemente penalizado pelo prosseguimento nos últimos anos de uma Política assente em baixas qualificações e baixos salários. Verifica-se um pouco por todas as Empresas a tentativa de substituição de trabalhadores mais antigos (com contrato efectivo) por trabalhadores jovens (com vínculos precários), sem qualquer preocupação com as consequências económicas e sociais para as famílias desses trabalhadores, tudo sobre a capa da crise económica que mais não serve que para aumentar a exploração e a retirada de Direitos aos Trabalhadores.

Os principais sectores de emprego no Oeste são: os Serviços (Comércio, Hotelaria, Transportes, Limpezas, etc.), com cerca de 54%, a Indústria (Metalurgia, Cerâmica, Têxteis, Alimentação, etc.) e a Construção (Construção Civil, Pintura, Carpintaria, etc.) com 41, 4% e por fim a Agricultura e Pescas, cerca de 4, 6%. Os baixos salários são transversais a todos os sectores: a média salarial no Oeste é de 550€, quando a média da Grande Lisboa é de 690€, o que se reflecte também nas Reformas, em que a média na Zona Oeste é de 254€, quase metade do salário mínimo nacional, enquanto na Grande Lisboa é de 338€, não sendo previsível que nos próximos tempos se inverta esta tendência com o prosseguimento destas políticas neo-liberais do Governo PS.

É urgente a promoção da formação e qualificação dos Trabalhadores e o investimento no sector produtivo, na estabilidade e na qualidade do emprego.

Precariedade

A precariedade é já um flagelo social no Oeste: atinge cerca de 30% dos Trabalhadores, principalmente os jovens onde 2 em cada 3 são precários.

Toda esta precariedade procura aumentar a exploração e conseqüentemente o lucro fácil dos patrões e limitar a acção sindical e a luta dos Trabalhadores, retirando-lhes poder reivindicativo. Para além disso põe em causa a Segurança no Emprego, salários dignos, horários de trabalho dignos, a Segurança Social, a negociação colectiva, o Direito de reunião e de Greve.

No Oeste o sector mais atingido pela precariedade é o da prestação de Serviços (Limpezas, Hotelaria, Portarias, Comércio), em que nalguns casos chega aos 70%, mas noutros sectores como a Indústria também existe (Metalurgia 30%, Cerâmica 20%, Alimentar 50%). É necessário contrariar estes números. Está provado que flexibilização do emprego não resolve nem o desemprego, nem a estabilidade, nem a produtividade. Resolve-se sim com a efectividade do vínculo laboral, com a estabilidade do emprego e da vida social de cada Trabalhador.

Direitos dos Trabalhadores

O direito ao trabalho está formalmente consagrado na Constituição da República Portuguesa, numa perspectiva de desenvolvimento económico e social.

O Governo PS (e seus antecessores) ao invés de promover medidas de valorização dos processos produtivos e das potencialidades dos recursos humanos disponíveis, procura sim, sob a falsa capa de produtividade e competitividade, dar ao capital meios e formas de aumentar o seu lucro e a exploração da mão-de-obra, encerrar empresas, deslocalizar trabalhadores, transferir encargos financeiros para a Segurança Social e pôr em causa o direito ao trabalho, aumentando cada vez mais as desigualdades e as discriminações tanto no local de trabalho como na própria vida de cada trabalhador.

As leis laborais consagram direitos como a formação e a educação ao longo da vida, a não discriminação, o horário de trabalho, a contratação colectiva ou o direito à actividade sindical e à organização dos trabalhadores. Todos eles foram enfraquecidos pelo Código do Trabalho e pelo sucessivo bloqueamento da contratação colectiva, sem qualquer medida por parte do Governo para a desbloquear. Mas como a ânsia de exploração do capital não tem limites os seus governos de mão pretendem dar mais uma violenta machadada nos direitos dos trabalhadores, a coberto do palavrão flexigurança, que mais não visa do que os despedimentos sem justa causa, possibilitar a redução do salário, o aumento dos horários de trabalho, reduzir férias e subsídios e facilitar a caducidade dos Contratos Colectivos.

Não sendo este seguramente o caminho que o país e os trabalhadores precisam, o que os trabalhadores e os portugueses precisam é do direito ao trabalho e ao trabalho com direitos e de uma estratégia de desenvolvimento que rompa com este modelo de produção baseado em mão-de-obra barata, sem qualificações e com elevados índices de precariedade. Os trabalhadores portugueses necessitam urgentemente da concretização de políticas sociais avançadas que acabem com as desigualdades sociais e que promovam o crescimento económico.

Desemprego

DESEMPREGO SEGUNDO O SEXO - SITUAÇÃO NO FIM DO MÊS AGOSTO 07

CENTROS DE EMPREGO	TOTAL	HOMENS		MULHERES	
		VALOR	% do TOTAL	VALOR	% do TOTAL
CADAVAL	448	162	36,2	286	63,8
LOURINHÃ	693	241	34,8	452	65,2
MAFRA	1.655	679	41,0	976	59,0
SOBRAL M. AGRAÇO	243	102	42,0	141	58,0
TORRES VEDRAS	2.251	806	35,8	1.445	64,2
TOTAL ZONA	5.290	1.990	37,6	3.300	62,4
TOTAL DX.LISBOA	70.989	32.028	45,1	38.961	54,9
%ZONA/DISTRITO	7,5	6,2		8,5	

FONTE:IEFP CENTROS DE EMPREGO/ESTATISTICAS MENSAIS

O desemprego no Oeste continua a aumentar: em Agosto de 2007 7,5% dos desempregados do distrito de Lisboa, num total de 5 290 trabalhadores, pertenciam aos nossos concelhos. De realçar que destes 62,4% são mulheres e cerca de 18,2% são jovens com menos de 25 anos.

DESEMPREGO SEGUNDO O GRUPO ETÁRIO SITUAÇÃO NO FIM DO MÊS AGOSTO 07

CENTROS DE EMPREGO	TOTAL	< 25 ANOS		25 - 34 ANOS		35 - 54 ANOS		55 ANOS E +	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
CADAVAL	448	74	16,5	114	25,4	193	43,1	67	15,0
LOURINHÃ	693	143	20,6	197	28,4	259	37,4	94	13,6
MAFRA	1.655	257	15,5	494	29,8	638	38,5	266	16,1
SOBRAL M. AGRAÇO	243	48	19,8	67	27,6	90	37,0	38	15,6
TORRES VEDRAS	2.251	439	19,5	630	28,0	859	38,2	323	14,3
TOTAL ZONA	5.290	961	18,2	1.502	28,4	2.039	38,5	788	14,9
TOTAL DX.LISBOA	70.989	7.358	10,4	16.908	23,8	30.531	43,0	16.192	22,8
%ZONA/DISTRITO	7,5	13,1		8,9		6,7		4,9	

FONTE:IEFP CENTROS DE EMPREGO/ESTATISTICAS MENSAIS

Entre estes encontram-se 628 jovens com nível escolar de ensino superior e 1253 com ensino secundário completo.

Desemprego por nível de Ensino

	Ensino Secundário	Ensino Superior
T. Vedras	517	283
S. M. Agraço	53	19
Mafra	442	229
Lourinhã	152	73
Cadaval	89	24
Total da Zona	1253	628

Como se vê o desemprego afecta principalmente as mulheres e os jovens (envolvidos muitas vezes entre trabalho precário e desemprego), incluindo licenciados, desperdiçando-se assim saberes e qualificações que podiam ser aplicados no desenvolvimento da nossa região e do nosso país. Os trabalhadores mais velhos são vítimas das reduções dos postos de trabalho, encerramentos e falências (muitas delas fraudulentas).

Estas são realidades objectivas da nossa região que necessitam de acompanhamento, dada a mudança de padrão das empresas e do seu carácter exploratório cada vez mais acentuado, sendo a questão do emprego e dos salários factor decisivo para o crescimento social e económico dos concelhos do Oeste.

7. A ALTERNATIVA ECONÓMICA E SOCIAL

As medidas e propostas regionais de uma alternativa económica e social

O PCP assume que a finalidade última do processo económico é a promoção do bem-estar das populações. A estratégia de revitalização económica e social que propomos para os concelhos do Oeste, tendo como pressuposto o desenvolvimento sustentável, permitirá também o aumento da competitividade da região, reforçada por um nível mais elevado de qualidade de vida e de qualificação territorial, das organizações e pessoas.

O PCP considera que o desenvolvimento integrado e sustentável só é possível potenciando e articulando as suas capacidades endógenas com os apoios exógenos, leia-se fundos comunitários e nacionais, com origem na administração central e investimento privado, e de concretização de políticas públicas adequadas, procurando, através do crescimento dos diversos sectores produtivos, uma transformação progressiva das estruturas sociais, visando o bem-estar económico e social das populações. A concepção que aqui preconizamos envolve uma radical alteração das políticas de direita que têm sido seguidas pelos vários governos, cuja matriz é causa e efeito do aprofundamento da crise económico-social e das assimetrias sociais e regionais.

O PCP afirma que a Região pode ganhar capacidade produtiva e competitiva e proporcionar bem-estar económico, social, cultural e ambiental às suas populações, se os défices estruturais que ainda hoje bloqueiam a região forem decisiva e empenhadamente objecto de intervenção pública. É isso que aqui propomos e defendemos, numa base democrática e participativa, em que os agentes de desenvolvimento local e os cidadãos têm um papel destacado na intervenção cívica.

O PCP defende que a riqueza criada no nosso país tem de ser melhor distribuída, entre o capital e o trabalho, com um aumento significativo dos salários, pensões e prestações sociais, mas também em termos regionais.

O PCP considera que a inovação ao nível de produtos, tecnologias e métodos é um vector estratégico do desenvolvimento. A Região tem vindo a inovar como demonstram nichos no sector do turismo rural e outros, contudo em escala muito insuficiente. Numa região com tradições muito fortes em produtos regionais (por exemplo, vinho), a inovação terá de se articular com a tradição de forma a manter as características e a qualidade dos produtos regionais. Aliás, as tecnologias da informação e comunicação, abrem novas oportunidades de relacionamento das instituições públicas e privadas e da população em geral.

Para o PCP, o desenvolvimento destes concelhos, implica:

Fazer uma aposta séria no sector produtivo de forma a dinamizar o tecido económico e social e os sectores do comércio e dos serviços, o que passa, desde logo, quer pela manutenção de empresas com capacidade tecnológica e mão-de-obra qualificada, quer por políticas estruturadas para sectores tradicionais, médias, pequenas e micro-empresas que constituem grande parte do tecido produtivo, uma mais-valia para a região. Estas empresas, pela sua identificação com a Região têm menor propensão para a deslocalização, sendo assim decisivas para a criação e manutenção do emprego.

Modernizar e apoiar o comércio tradicional ao nível da sua promoção mas também no plano legislativo, definindo medidas que o salvaguardem da pressão imposta pela banca e pelas grandes superfícies

Dar prioridade à atracção de investimento público e privado para a diversificação das actividades económicas e a instalação de novas empresa, que criem novos postos de trabalho com direitos. Fomentar o desenvolvimento dos serviços avançados de suporte às empresas e modernização das actividades económicas, no sentido de potenciar e dinamizar o desenvolvimento regional, dando resposta a uma necessidade cada vez maior de procura do tecido produtivo da região, privilegiando a inovação e desenvolvimento tecnológico;

Valorizar o trabalho, concretizando um aumento dos salários e pensões, dinamizando medidas de combate ao desemprego e à precariedade e de garantia de emprego com direitos, contribuindo assim para o aumento do consumo familiar, da produção e de toda a actividade económica da região.

Aumentar a atractividade turística regional, explorando a cultura e as riquezas naturais e patrimoniais e valorizando os principais produtos da região e a riqueza da paisagem agrícola, verdadeiro museu rural ao ar livre. Também é de valorizar os segmentos do turismo cultural, circuitos turísticos, desportos e turismo sénior e de saúde e turismo em espaço rural, que têm vindo em crescendo na Região;

Afirmar a região, construindo uma imagem para o exterior que permita valorizar os produtos regionais, os serviços e o património cultural e humano, reforçando a identidade da Região Oeste e suportando essa imagem nas estruturas regionais;

Dotar as populações de qualificações culturais, educacionais e profissionais, adequadas às suas necessidades e ao desenvolvimento da Região;

Dotar a Região, através do investimento público, de infraestruturas básicas em termos de mobilidade, comunicações, saúde, educacionais, culturais e desportivas, que promovam o bem-estar das pessoas e um povo mais saudável, mais culto e mais informado

Requalificar o ambiente e promover o ordenamento do território ao serviço das populações e tendo em vista o desenvolvimento das localidades e da Região, tendo esta vertente como chave para o desenvolvimento económico nos planos industrial, agrícola, florestal e de turismo, aproveitando os imensos recursos existentes e, simultaneamente, criando melhores condições de vida, permitindo a manutenção e fixação da população

Desenvolver uma boa cobertura regional dos serviços públicos de saúde, garantindo que as unidades hospitalares da região correspondam às necessidades actuais, considerando o crescimento populacional, bem como a construção de uma boa rede de novos centros de saúde concelhios e em extensões em algumas Freguesias, tendo presente o necessário reforço material e humano.

Reivindicamos outra política agrícola comum que garanta justiça na distribuição dos apoios à produção; que garanta a defesa dos critérios de fixação de preços que assegurem rendimentos adequados à actividade agrícola. É necessário lutar pela transformação deste modelo agrícola, que não concorre para o bem-estar da humanidade, porque não assegura produtos de qualidade e são, porque não tem processos de produção adequados e não tem uma regularização e fiscalização eficazes. Lutaremos por uma região livre de transgénicos.

2. O desenvolvimento sustentável que o PCP propõe, nas suas dimensões sectoriais, é operacionalizado num conjunto de medidas e projectos interrelacionados:

Educação e Formação:

- Defender o Ensino e da Escola Pública e da Escola de Proximidade e combate ao insucesso escolar e ao encerramento de escolas;
- Defender a rede do pré-escolar, básico, ensino secundário e técnico-profissional de oferta pública, adequando os meios de que dispõem às novas necessidades;
- Apoiar a integração e o emprego de jovens em sectores estratégicos;
- Implementação de um amplo plano de formação e qualificação profissionais directamente dirigido aos empresários;
- quadros técnicos, quadros intermédios e trabalhadores em geral, tendo em conta as necessidades das empresas, as novas profissões e as actividades económicas emergentes e a implementar, visando elevar a qualificação profissional;
- Promover estratégias de desenvolvimento de actividades produtivas inovadoras;
- Desenvolver o ensino de tecnologias de informação, habilitações e competências profissionais de forma generalizada;

Apoio Social:

- Criar uma rede pública de Unidades de cuidados continuados, Lares da terceira idade e Centros de Dia;
- Apoiar e dinamizar o movimento associativo (colectividades e associações culturais, desportivas, recreativas, ambientais, etc.);
- Apoiar iniciativas inovadoras de intervenção social orientadas para a abordagem de problemas emergentes: estruturas de apoio e redes sociais.

Saúde:

- Defesa dos serviços públicos de saúde existentes na Região (maternidades, urgências, extensões de saúde, SAPs) e da sua qualificação;
- Melhoria da rede de cuidados de saúde primários;
- Prestação de serviços de saúde em regime domiciliário e em particular nas povoações mais isoladas;
- Articulação dos serviços de saúde de cada município;
- Construção de um Hospital público com 400 camas na Região e a ampliação do Hospital de Torres Vedras de forma a suportar 310 camas;

Empresas:

- Promover a Região Oeste para instalação de indústrias, apoiando investimentos que promovam o emprego;
- Implantação de unidades de produção de energias renováveis, salvaguardando os impactos negativos do ponto de vista paisagístico e ambiental;
- Criar Parques Industriais ou Tecnológicos devidamente infra-estruturados e acessíveis aos PME's;
- Apoiar à criação e expansão de e de empresas;
- Apoiar à elevação Tecnológica das Unidades Industriais instaladas no sentido da sua modernização;
- Criar de Gabinetes Municipais ou Inter-Municipais de informação e apoio jurídico e logístico que, além da consultoria ao pequeno e médio empresário, permitam tratar dos assuntos legais numa única instituição e possam funcionar como incubadoras de actividade económica;

Agricultura e Agro-Florestal:

- Apoiar a produção dos produtos agrícolas da região e novas formas de comercialização;
- Compatibilizar os processos produtivos com a valorização dos recursos paisagísticos e ambientais;
- Dinamizar incentivos à prática da agricultura integrada e biológica;
- Aumentar a qualidade e quantidade de armazenamento da rede de frio ao nível das cooperativas
- Construir, após estudos de viabilidade, pequenas barragens para a promoção de reservas de água para rega e substituição de culturas,
- Apoiar a criação de estruturas de apoio para o marketing, a certificação e qualidade dos produtos;
- Articular medidas na elaboração e implementação dos planos de prevenção e combate a incêndios florestais;
- Promover o ordenamento e gestão da floresta na perspectiva do multiuso;
- Incentivar a Investigação tecnológica aplicada à floresta e agricultura;
- Lutar por uma região livre de transgénicos.

Pesca

- Realizar obras de recuperação no Porto de Pesca da Ericeira
- Defender o sector pesqueiro local, através da manutenção da frota existente

Turismo

- Promover a elaboração de um Plano Estratégico de Turismo do Oeste, definindo estratégias de produtos de turismo adequadas às potencialidades da Região;
- Inventariar, classificar e (re) qualificar do património edificado (solares, igrejas e outros monumentos.) e valorização dos elementos históricos, culturais e ambientais;
- Consolidar e requalificação os núcleos urbanos;
- Elaborar um plano de ordenamento da Serra de Montejunto;
- Melhorar o Ordenamento do Território, evitando os erros cometidos no litoral
- Criar e divulgar Unidades de Turismo Rural
- Criar e divulgar do Museu do Jurássico da Lourinhã;
- Criar circuitos na região que potencie um maior número de Turistas;
- Combater a possível extinção da Região de Turismo Oeste;

Comércio e Serviços

- Apoiar a modernização do comércio tradicional apoiando programas de formação;
- Defender os serviços públicos existentes na região, combatendo concepções privatizadoras e de encerramento
- Apetrechar as Associações do Sector para que os seus Associados tenham maior apoio;
- Criar uma Câmara de Comércio de forma a facilitar a internacionalização da economia e de apoio à exportações dos produtos regionais;
- Apoiar medidas de requalificação de estabelecimentos comerciais, no âmbito de uma melhoria no Urbanismo Comercial;
- Aprovar Medidas Legislativas que regulem a abertura de Unidades Comerciais de Dimensão Relevante (Grandes Superfícies), de forma a salvaguardar os impactos sociais e ambientais e o Comércio Tradicional e as famílias a ele ligados;

Transportes e Acessibilidades

- Reforço das vias rodoviárias regionais e inter-regionais que promovam um maior equilíbrio no desenvolvimento dos diferentes concelhos.
- Electrificação e duplicação da Linha ferroviária do Oeste
- Assegurar o investimento na conservação das actuais vias rodoviárias nacionais ou municipais

Regionalização e descentralização

Como forma de favorecer o desenvolvimento económico e social da região é necessário que a aplicação das políticas ao serviço das populações possam ser acompanhadas de perto e participadas pelos seus destinatários. Nessa medida o PCP defende:

- O aprofundamento da descentralização de competências da Administração Central para a Administração Local, acompanhada dos meios financeiros e técnicos correspondentes.
- A implementação das Regiões Administrativas como essencial para o pleno desenvolvimento da região.

NOTA FINAL

Estas são as propostas do PCP que constituem elementos de reflexão e ponderação para a construção da política alternativa que é necessária e urgente para esta Região e para Portugal.

Esta política que aqui se traduz num Novo Rumo para os Concelhos do Oeste, é necessária, é urgente e é possível. Corresponde às grandes aspirações e sentimentos democráticos do nosso povo e aos princípios mais fundamentais do projecto constitucional que resultou da Revolução de Abril – um desenvolvimento sustentado, que crie bem-estar e justiça social e seja factor de transformação e progresso humano e civilizacional.

Não deixaremos de apresentar propostas em sede de especialidade que contribuam para a melhoria das condições de vida das populações desta área do distrito, nomeadamente as que se prendem com a Segurança, Educação e Ensino, Saúde, Acessibilidades e desenvolvimento económico, em estreita ligação com o Grupo Parlamentar do PCP.

Ao contrário de outros, que apenas se digladiam artificialmente entre si, praticando a mesma política, para o PCP, é importante o desenvolvimento integrado de toda a Região, porque só assim se criará riqueza com consequências positivas para um futuro que queremos promissor.

Para a sua concretização o PCP mobilizará forças e vontades e contará com o empenho, o trabalho, a dedicação e a luta dos comunistas, dos democratas, dos trabalhadores e das populações da nossa região.